

MAZELAS

Abel Barros Baptista

É uma coisa entre o escusado e o malgrado. Escusado, porque não há rigorosamente nenhuma necessidade de unificar ortografias (aliás, se se pôde aprender com toda esta movimentação foi que há mesmo razão, não direi para as apartar, mas para dispersar em cada uma o vínculo ortográfico). Malgrado, porque não unifica, antes cria diferenças novas, quase todas ridículas, corroendo-se ao ponto de prescindir de qualquer noção de ortografia.

Aflige por isso que tanta perturbação persista por causa duma coisa escusada, porque inconstante, e malgrado, porque incompetente. Mas outras mazelas afligem mais quando despontam na movimentação em torno do famigerado acordo. Uma delas, dir-se-ia a óbvia, é o modo como a discussão reactiva as noções vulgares de língua portuguesa, ou melhor, uma noção vulgar de língua portuguesa que, com ou sem recurso ao termo «identidade», pressupõe um laço natural entre

nacionalidade e língua e acredita que o português europeu é a matriz de todas as outras variantes, que dele seriam derivações ou adulterações. O apego, sentimental ou político, à língua como património nacional, enternecedor que seja, produz mistificações e reactiva velhos sonhos.

É o caso de outra mazela, aliás, decerto menos óbvia: a ideia de que a língua une, tudo e todos os que a falam, sob uma homogeneidade fundamental e persistente. O pesadelo do acordo apenas se entende como versão ridícula dum certo delírio de onnipotência, que seria este: pela via legal, formulando e impondo a lei da ortografia, ganharíamos o poder de aniquilar a força diferenciadora da língua e assim lhe restabelecer o poder identitário. Sabe-se que isto galvaniza alguns espíritos, sabe-se que antes repugna a outros, e a discussão entre eles provavelmente permanecerá por muito tempo. Mas era escusado apoucá-la com a minúcia ortográfica.